

## **FIGURAÇÕES DO FEMININO NA FABRICAÇÃO DO MUNDO DO TRABALHO. MINAS GERAIS, 1889 - 1930**

### **WOMEN'S FIGURATIONS MAKING THE WORLD OF WORKING. MINAS GERAIS, 1889-1930**

Florisvaldo Paulo Ribeiro Júnior\*

**RESUMO:** Ao analisarmos as representações do mundo do trabalho e as tentativas de conformação do trabalhador nacional observamos que as mulheres se transformaram em alvo das interpelações. Os discursos tinham em vista o estabelecimento de um padrão de conduta, em que se destacavam imagens normativas para esposas, mães e filhas, representando-as como imprescindíveis à instituição de uma sociedade ordenada, progressista e civilizada.

**Palavras-Chave:** Mulheres. Mundo do trabalho. Trabalhador nacional. Minas Gerais.

**ABSTRACT:** Reviewing the representations of the world of work and the attempts to shaping the national worker we observed that women have become the target of notices. The speeches were intended to establish a pattern of conducting in normative images that stood out for wives, mothers and daughters, representing them as essential to the establishment of an orderly, progressive and civilized society.

**KEYWORDS:** Women. World of work. National worker. Minas Gerais.

São múltiplas as narrativas historiográficas que procuram elucidar a participação social das mulheres na configuração da sociedade brasileira. Esses estudos caracterizados por abordagens teóricas muitas vezes inovadoras nos possibilitam aproximações de seus modos de vida, nos permitindo também visualizar e interpretar os processos de discriminação e exclusão a que foram submetidas e suas práticas de resistências (SCOTT, 1992, p. 63-96; MUNIZ, 2003, p. 29 et seq.; DEL PRIORE, 1997, p. 217-235). Politizando o campo da história e denunciando suas escolhas e silenciamentos como atitudes políticas, os estudos acerca da conformação do feminino, a história social das mulheres e os estudos feministas se disseminam, fazendo uso de referenciais teórico-metodológicos interdisciplinares, visando à compreensão da instituição das identidades de classe, raça e geração e suas provisoriiedades impressas

---

\* Doutor em História pela Universidade de Brasília. Professor-Adjunto do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: florisvaldo.jr@uol.com.br

na construção das subjetividades femininas (DIAS, 1995; MUNIZ, 2003; SOIHET, 1989; ENGEL, 1989; RAGO, 1990; PEDRO, 1998).

Inicialmente, ao analisarmos as construções representativas<sup>1</sup>, instituintes do novo mundo do trabalho e das imagens do trabalhador nacional – produzidas nas regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba a Oeste das Minas Gerais –, nos deparamos com evidências que assinalavam as perspectivas de participação das mulheres nos processos de reordenamento social, empreendidos nas décadas iniciais da República, e os modos como a sociedade brasileira, patriarcal e misógina, se reorganizou para manter o estatuto de dominação dentro da ordem moderna, especialmente reescrevendo a divisão sexuada das esferas pública e privada do social, e, sobretudo, reiterando o espaço doméstico como domínio feminino e a reprodução sexuada como função natural e cívica de toda mulher brasileira.

Focalizar as lutas de representações (CHARTIER, 1990), que procuram instituir a identidade feminina, nos permitiu analisar, nas regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, a produção de novos papéis sociais para as mulheres, ao lado da reafirmação atualizada dos papéis tradicionais. Assim, podemos observar como as mulheres se transformaram em alvos das prescrições físicas e morais de jornalistas, médicos, intelectuais, políticos e padres. Esses agentes preocuparam-se em estabelecer regras, controles dos corpos e normalização das condutas femininas, tanto no que concerne às mulheres trabalhadoras das camadas subalternas, como àquelas pertencentes aos estratos médios e superiores da sociedade. Nos discursos produzidos sobre/para as mulheres, sua função e papéis, respaldados na ideia de uma natureza biológica, destacam-se imagens normativas de mulheres, esposas, mães e filhas, apresentando-as como imprescindíveis à produção de uma sociedade ordenada, progressista e civilizada. Nesse ambiente, em meio a práticas discursivas e não discursivas, as mulheres emergem como figurações essenciais à instituição do imaginário social do trabalho (BACZKO, 1985, p. 309-310; SWAIN, 1994)<sup>2</sup>.

Em Uberabinha, ressentido com a laicização da instrução escolar pública em Minas Gerais, o jornal *O Progresso* de 1908, a despeito de comentar a necessidade de reparos na Igreja Matriz da cidade, reafirma o papel missionário das mães e suas responsabilidades na formação de homens e cidadãos sob o manto dos ensinamentos da fé e caridade cristã. Para o jornalista

---

<sup>1</sup> “Representação social é uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com o objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (JODELET, 2001).

<sup>2</sup> “O imaginário social de que falo não é imagem de. É criação incessante e essencialmente indeterminada (social-histórica e psíquica) de figuras/formas/imagens, a partir das quais somente é possível falar-se de ‘alguma coisa’. Aquilo que denominamos ‘realidade’ e ‘racionalidade’ são seus produtos.” (CASTORIADIS, 1982, p. 13).

[...] a civilização moderna parece querer expulsar da sociedade, o conhecimento de Deus, tornando-a neste ponto equiparada aos brutos. Não podemos admitir um povo sem crenças, uma família sem religião, uma sociedade sem moral. As idéias adiantadas do século, a liberdade, a sciencia, a civilização e o progresso, não são incompatíveis com a idéa de Deus, da Moral e da Religião. É um defeito de educação que é preciso corrigir. E a vós, oh mães! É que compete a ardua tarefa, mas sagrada missão, de preparar com o vosso exemplo, com os vossos ensinamentos, o homem do futuro, o cidadão do porvir, a sociedade das gerações vindouras [...] conduzamos nossos filhos pelo caminho da fé e da caridade, a esperança de um futuro melhor. (A IGREJA matriz..., 1908, p. 1)

Se não havia incompatibilidade entre a religião e a civilização moderna, na perspectiva do jornalista, ser moderno era demonstrar capacidade de formar o cidadão, combinando a ideologia liberal, os paradigmas científicos e a doutrina cristã. E seria no espaço doméstico, onde os homens recebem a primeira educação, dirigido por mulheres moralmente inatacáveis, o lugar em que o futuro de progresso e civilização teria início.

Se a escola, espaço da educação formal, encontrava-se interdita aos ensinamentos cristãos, o jornal *O Commercio* de Patos de Minas, em 1912, ressaltava a necessidade de se proteger a mocidade

[...] contra o veneno inoculado n'alma juvenil, pelo escandalo, que se ostenta em toda a parte, applicemos-lhe o antidoto da educação, mas da educação baseada nos principios salutaes do christianismo; porque educar sem incutir no coração do alluno a crença em um Deus de bondade, que é também um Deus de justiça, nada, absolutamente nada, adiantará para a regeneração social. (SALVEMOS a mocidade..., 1912, p. 11)

Retomando prescrições do Concílio de Trento, o jornalista conclamava as mulheres, mães de família, para serem as principais auxiliares da Igreja e dos padres na defesa da doutrina cristã. Assim, a educação emerge nesses discursos como atividade escolar e familiar. Com efeito, os discursos buscam a mobilização dos católicos, visando recuperar seus espaços de influência na sociedade que se laicizava e se modernizava. Especialmente após 1906, os discursos reiteram a necessidade de se restabelecer a educação religiosa, envolvendo o professor catequista e as famílias. Segundo *O Commercio*, era preciso continuar alimentando os espíritos

[...] enquanto esperamos o despertar dos catholicos brasileiros, para fazerem valer os seus direitos de maioria [...] nós que pugnamos pelo bem commum, tendo em vista a gloriosa divisa: - *Deus, Patria, Família e Liberdade*, tenhamos compaixão daqueles que serão os *homens de amanhã* e não deixemos perecer à mingua do pão espiritual do ensino christão, fazendo finalmente, por meio

de bons exemplos e correção fraternal, restabelecer os bons costumes. (OS HOMENS..., 1912, p. 1, destaques no original)

Era necessário, diante das instabilidades dos tempos modernos, afirmar Deus como a finalidade das ações humanas e combater o que os jornalistas da região identificavam como as torpes formulações de Augusto Comte e de outros pensadores imorais. Nesse ambiente, os jornalistas chamavam atenção para as responsabilidades dos pais de famílias ao entregarem seus filhos a professores virtuosos, pois,

Nos tempos que correm, em que os nossos governos, debaixo da pseudotolerância religiosa nos lançam a semente comptista com o ensino livre e atheu, mais ainda se acentua a responsabilidade dos paes de família, no que concerne à educação moral dos filhos, procurando ainda com mais desvello, inculcar-lhes no espirito a idéia de Deus, e afastal-os do tirocinio erroneo da moral athéa, occulta sob a “ordem e progresso”.

Assim, assiste no mais de perto a obrigação alias grave de manter escolas religiosas, onde se combatem as torpes doutrinas de Augusto Comte, tão em voga no Brazil, e de procurar, com todos os meios de que dispomos, maximé da imprensa, despertar a idéia da disseminação d’ellas por todos os recantos do paiz. (INSTRUÇÃO das creanças..., 1912, p. 1)

Para os jornalistas, os pais que estimassem a felicidade e a utilidade de seu filho para o conjunto da sociedade, deveriam cuidar primeiro de sua educação religiosa e moral, entregando-o a um professor que “com claros ensinamentos e com seus exemplos principalmente, os desvie da vereda escabrosa do vício e os conduza para as virtudes extremadas, cuja base é o conhecimento de Deus e o seu santo temor” (INSTRUÇÃO das creanças..., 1912, p. 1).

Nesse combate contra o ensino laico, o articulista recomendava aos pais que afastassem seus filhos das escolas “onde os prohibem de pronunciar o nome de Deus e os mandemos às escolas onde em cujo recincho se veja patente o emblema do Martyr do Calvario [...] [e onde se] vae beber não somente os ensinamentos precisos para a vida comum na sociedade, mas também as luzes da moral divina” (INSTRUÇÃO das creanças..., 1912, p. 1).

Essas prescrições sintonizavam-se com as recomendações do arcebispo de Mariana, Dom Silvério Gomes Pimenta, acerca das escolas e do ensino religioso, ao qual deveriam ser submetidos os filhos dos cristãos, e que foram reproduzidas no jornal de Patos de Minas em 1912. Neste texto, dirigindo-se aos fiéis, o arcebispo alertava aos pais que

Tão pouco podeis confiar vossos filhos a collegios, em que a Religião não é convenientemente ensinada e praticada, onde não houver oração quotidiana, confissão e comunhão com alguma

frequencia, ainda que sejam habeis e até insignes os professores delles. Porquanto podeis crer sem temeridade, que collegios nessas condições serão focos de immoralidade, nos quaes irá naufragar a innocencia de uns, avolumar-se é aprofundar-se a corrupção de outros, com grave perigo de perderem também a fé, que levarão de suas familias. (A EDUCAÇÃO dos filhos..., 1912, p. 1)

As escolas e seus professores deveriam propagar a fé cristã. Entretanto, se as escolas públicas mineiras, protegidas por lei, tornaram-se lugares hostis à palavra de Deus, gerando um estado de fome espiritual, as mães deveriam assumir plenamente o papel de educadoras, segundo um jornalista de Patos de Minas, realizando a bela missão das mulheres cristãs, pois é esse o pilar que sustenta a família. Nesse sentido, toda mãe deveria desempenhar o

[...] verdadeiro papel da mulher christa; um coração em que repousa um outro coração. [...] Ella deve ser caritativa, e o encorajar docemente em seus momentos de tristeza. Quando o homem é opprimido por algum mau acontecimento, a mulher deve estar a seu lado para o consolar. Ella deve com seus attractivos ser, em uma palavra, o apoio do homem e não instrumento de suas paixões. [...] Vem depois a missão da mãe [...] Um menino é o que d'elle faz sua mãe. [...] A mulher christã, na familia tem também responsabilidades espirituaes. [...] a impiedade e a immoralidade penetrando nas familias vão devorar esposos e filhos. Que a mulher christã se lance entre esta monstruosidade e os corações que lhe são caros! [...] E esta mulher salvará a alma de seu esposo e de seus filhos. (A MISSÃO da mulher..., 1913, p. 1)

Na cruzada contra o ensino laico e os perigos da modernidade, mulheres/mães são investidas do papel/responsabilidade de combatê-los. Assim representada como educadora nata e virtuosa, toda mãe deveria dispor-se ao sacrifício, colocando-se entre a imoralidade e os corações de seus filhos e esposos, tocando-os com palavras cristãs de estímulo e salvação.

Na dinâmica da família, esta dimensão da vida social mediadora da relação dos indivíduos entre os espaços público e privado (PERROT, 2005, p. 455-465), e que incluem o mundo do trabalho, as representações da mãe cristã que a presidem encerram certa ambiguidade, pois fazem circular imagens e sentidos da fragilidade feminina, da força abnegada, da coragem destemida na defesa dos entes queridos. Assim, ao mesmo tempo, frágil e dependente do marido/companheiro, provedor do lar; forte e combativa, cuja missão é salvar a família dos perigos do mundo moderno. Nesse jogo binário que combina força e fragilidade ressalta-se a sua missão, salvar a família, portanto, “esquecerem de si para viverem para os outros”<sup>3</sup>.

<sup>3</sup> Os papéis, de mãe e professora, serão entrelaçados. A professora-mãe idealizada projeta no espaço escolar as suas virtudes (Cf. MUNIZ, 2003, p. 299).

Os discursos produzem a reiteração atualizada de imagens da tradição cristã, em que a mulher-símbolo é Maria, expressão de pureza, bondade, submissão e virtude, imagem que referencia a conduta das mulheres e mães cristãs. Em 1914, um jornal de Patos de Minas veicula essa imagem através do registro de um diálogo entre um fiel e um sacerdote, em que o primeiro apresentava-se como algoz de sua virtuosa esposa e confessava seus pecados, destacando o caráter abnegado da mulher. Sem referir-se objetivamente ao ato praticado, o marido assinala no confessorário:

Hontem commetti uma grande brutalidade contra a mulher, ou antes contra um anjo piedoso que está ligado ao meu destino.  
E nada me respondeu ella.  
Depois, seguindo-a de longe, a seu quarto, por entre a abertura da porta semi-fechada, avistei-a ajoelhada ante seu crucifixo, chorando e rezando por mim.  
Com isso tenho estado incommodado, a considerar a desigualdade que existe em nosso bem commum, em nossa felicidade conjugal.  
Ella é tão boa e eu tão mau! Ella tão sincera e eu tão enganador!  
Ella tão pura e eu tão cheio de pecados! (MARIDO e Mulher..., 1914, p. 1)

Assistimos, assim, à veiculação das representações de esposa e de mulher de modo a ensinar, a produzir a normalização da conduta feminina. Dessa forma, as mulheres – filhas e esposas – ideais deveriam resignar-se com seus destinos e perdoar prontamente os erros dos pais e maridos. Sobre essas virtudes, estariam garantidas a estabilidade da família e a paz social no conturbado mundo moderno.

A produção discursiva desse modelo ocorre entrelaçada às transformações sociais e uma “nova” presença das mulheres na cena urbana, percebida como perigosa à moral e aos bons costumes, daí a necessidade de mantê-las sob controle. A participação das mulheres no espaço público é marcada pela apropriação criativa das representações (CHARTIER, 2001, p. 211-238) acerca do feminino que circulam no espaço do sertão mineiro. Assim, Alzira Dias da Silva ao escrever um artigo para um periódico de Uberabinha, evidencia como opera o processo de interpelação no “qual uma representação social é aceita e absorvida por uma pessoa como sua própria representação, e assim se torna real para ela, embora seja de fato imaginária” (LAURENTIS, 1994, p. 220). Com efeito, para Alzira Silva,

A perfectibilidade suprema das acções moraes acha-se reunida n’um centro único, mas verdadeiro: a escola da familia.  
O christianismo com todas as suas consequencias: consolo, resignação, amor, philantropia, ensina-a uma só fonte – a lição da mãe.  
É dahi que brotam os thezouros inehauriveis de ventura, amonto-

ados por ella na mesma infancia e que mais tarde circulam no seio da sociedade com todos os seus fructos vivificantes.

A história da humanidade registra em letras de ouro em pagina diamantina, os beneficos resultados della colhidos, e que mais do que nenhum tem concorrido para a formação de sumptuozo monumento, levantado em prol da civilização e do progresso!

Esse monumento, essa obra verdadeiramente colossal, gigantesca, cujas camadas sobrepostas apresentam discos cada vez mais solidos: conseguiu lançar o ponto mais culminante do bem estar social – o amor da humanidade.

A instrução adquirida durante a puberdade nos bancos escolares deve ser, e é, o complemento da educação alcançada no regaço da família.

Infeliz daquelle que não tem pessoa alguma que lhe dirija os primeiros passos.

Infeliz aquelle que ao estender os braços fora do berço ninguem o ampara!

Que fara neste caso o homem entregue a si mesmo e com tendência natural para o abuzo.

Vê abertas as portas do vicio... entra, desce, de degrao em degrao até onde gravita o fundo pego da perversidade, onde tripudia a orgia.

Ahí a taberna é a sua escola: o mestre... o vicioso, o forçado, o assassino. Livres o divisa – o prazer, o roubo e a faca!

Eis as consequencias resultantes da completa falta de uma boa direção na infancia.

Faltou-lhes o conveniente guia que os fizesse desenvolver, faltou-lhes a verdadeira escola, que quando guiada pelo evangelho, é de todas a mais salutar... a escola da família.

Sobejam exemplos, factos incontestaveis para demonstrar esta verídica proposição.

E não obstante sustenta-se ainda, nega-se em nossos dias, duvida-se da doce e benefica influencia da mulher na sociedade. Scepticos!

Ainda existem espiritos alquebrados pela mysantropia que combatem contra os meigos carinhos de uma mãe, de uma esposa, de uma irmã. Loucos! (SILVA, 1907, p. 1)

Observa-se que as mulheres são idealizadas como seres a-temporais e a-históricos, suportes da história da humanidade. Entronizadas no lar onde exercem a doce e benéfica influência sobre a sociedade. Como “rainhas do lar” elas transformam esse espaço em “escola da família”. São as conveniências do espaço doméstico que ancoram a produção e veiculação de representações, que forjam o imaginário materno caro ao mundo do trabalho. Nele, a mãe cristã católica é aquela que realiza sua natureza – reprodução, resignação, amor, filantropia –, educando e apaziguando a natureza masculina. Civilizando o homem, ela evitaria sua degeneração individual de modo a promover a felicidade e o bem estar social. Ao censurar aqueles que não reconhecem o primordial papel das mulheres na conformação de uma so-

cidade justa e feliz, Alzira Silva não apenas reproduz o modelo normativo desejado de mulher, esposa e mãe, mas também as transforma em heroínas. Afinal, ela confere às mulheres cristãs as maiores responsabilidades pela construção e manutenção da família e da sociedade. Ou seja, se a natureza masculina se manifesta e os homens tornam-se viciosos, a culpa é das mulheres – mães esposas e filhas –, que não souberam, ou não quiseram, cumprir a sua missão de conduzir os homens na direção do progresso e da civilização, das práticas da virtude e do trabalho honesto e produtivo.

Essa atribuição de papéis, restrita ao lar, funcionou como exercício de poder que promoveu a interdição da palavra das mulheres no espaço público. Na medida em que elas se apresentavam reivindicando participação política institucionalizada, o poder maternal foi mobilizado como argumento para esvaziar o conteúdo político e transformador de suas ações e de suas representações e práticas na esfera pública. A estratégia de contrapor poder materno ao poder político atualizou a organização patriarcal da sociedade, e seu propósito de fazer as mulheres ocuparem-se exclusivamente da administração dos problemas domésticos, no espaço doméstico (PERROT, 1988).

Seja no espaço doméstico, ou no espaço público, as mulheres emergiam no moderno mundo do trabalho com sua força de trabalho e, também com a responsabilidade de formar cidadãos e trabalhadores nacionais, pela preservação dos valores cristãos da família e pela projeção de seus papéis sociais. Em contraposição à Eva bíblica, Maria foi a imagem constantemente evocada como exemplo de mulher a ser seguido, imagem síntese da submissão e virtude, do sexo frágil que modela o sexo forte. Com efeito, conforme “receita” de um jornalista da cidade de Patos de Minas, a bíblia e a história estavam cheias de exemplos de que

O olhar duma mulher formosa, mas sem virtude, queima como fogo [...] Porém, para apreciar a filha, a esposa, a mãe, é preciso remontarmos-nos mais, alto, até a essa mulher incomparável, virgem e mãe ao mesmo tempo, que se chamou Maria; deu o bem ao mundo, o bem eterno e infinito. Nela e por ella todas as mulheres tem cumprido a missão de elevar, purificar o homem e consolar o homem, levando-o ao Cco. Há séculos que a mulher vem respeitavelmente sendo venerada por esse terno e religioso amor, por esses honores e primazias, por essas considerações cheias de delicadezas que constituem o encanto da sociedade christã; d’ahi provem para a mulher essa brilhante pureza, essa aureola de modestia, essa grave belesa, essa amavel liberdade, essa virtude generosa, esse dom de captivar o coração do homem para levantal-o ao Céu e com elle subir até Deus. (ASCENDENTE moral..., 1909, p. 2)

As representações veiculavam a construção, de que o “próprio Deus havia prescrito um papel puramente doméstico para as mulheres” (GAY, 1995, p. 328-329). Essa mulher, modesta e virtuosa, cuja missão era con-

duzir os homens ao progresso e elevá-los aos céus, terá a imagem constantemente sombreada pelas representações da mulher diabólica. A construção e operação dessa distinção binária e maniqueísta delineavam estratégias de vigilância moral, de demarcação das diferenças de gênero e sexo, e de construção de um antifeminismo cristão (DELUMEAU, 1989; DAVIS, 1990, p. 107-128; THOMPSON, 1998).

Na distribuição de antigas e novas responsabilidades, em que as mulheres desempenhariam os papéis de formadoras de cidadãos e trabalhadores nacionais, no cada vez menos recôndito espaço doméstico e dentro dos preceitos cristãos, indispensáveis à conformação da sociedade civilizada, os médicos, além dos religiosos e juristas, se encarregariam de prescrever os novos hábitos e condutas que higienizariam e moralizariam as famílias. Por outro lado, as reiteradas veiculações dessas construções representativas evidenciam as resistências das mulheres em moldar-se à imagem projetada, e expressão das subjetividades femininas plurais no espaço público e privado.

Como assinalou Corbin,

A Igreja, que investe na mulher para levar a bom termo sua reconquista, deve levar em conta o discurso médico que sublinha à sociedade a fragilidade das filhas de Maria. Mil pequenas mortificações, mais adaptadas ao ritmo dos tempos femininos, substituem o sangue e a dor. Interioriza-se assim a renúncia a si mesmo no cotidiano e inaugura-se a contabilidade dos pequenos sacrifícios. (CORBIN, 1991, p. 437)

Com efeito, desde o século XIX, com a disseminação do modo de vida burguês e o avanço da medicina social no ocidente, em especial na Europa e na América, teria se estabelecido uma aliança entre os saberes médicos e os saberes religiosos e jurídicos com vista a estabelecer um padrão normativo de mulher. Nesse conjunto, corpos e mentes das mulheres são objetos de esquadrinhamentos desses saberes, de modo a melhor conhecê-los para melhor discipliná-los e controlá-los intervindo, principalmente, sobre as famílias, no que tange à cura das doenças e na introdução de novos hábitos de higiene. Expressava-se assim, o processo de medicalização da sociedade. Como ressalta Roberto Machado:

[...] o reconhecimento de que a partir do século XIX a medicina tudo intervém e começa a não mais ter fronteiras; é a compreensão de que o perigo urbano não pode ser destruído unicamente pela promulgação de leis ou por uma ação lacunar, fragmentária, de repressão aos abusos, mas exige a criação de uma nova tecnologia de poder capaz de controlar os indivíduos e as populações tornando-os produtivos ao mesmo tempo que inofensivos; é a descoberta de que, com o objetivo de realizar uma sociedade sã, a medicina social esteve, desde a sua constituição, ligada ao

projeto de transformação do desviante em um ser normalizado.  
(MACHADO, 1978, p. 156)<sup>4</sup>

O projeto de instauração, entre as famílias burguesas, de uma *economia do corpo* – a busca utilitária da elevação das capacidades produtivas individuais –, e entre as famílias populares uma *economia social* – gestão racional dos grupos e seus espaços –, abordagens fundamentais para a instituição do individualismo, tinha como foco o reordenamento do Estado liberal burguês, a consolidação da produção capitalista e das suas formas urbanas de vida (COSTA, 2004, p. 215 et seq.). Para Jacques Donzelot, a “aliança [foi] proveitosa para as duas partes. O médico, graças à mãe, derrota a hegemonia tenaz da medicina popular das comadres e, em compensação, concede à mulher burguesa, através da importância maior das funções maternas, um novo poder na esfera doméstica” (DONZELOT, 1986, p. 18, 25). Resta indagar até que ponto esse “novo poder” na esfera doméstica não foi uma armadilha que manteve e ainda mantém as mulheres em posição de inferioridade em relação aos homens na cena pública.

Ao observarmos as regiões do Brasil mais afastadas do litoral, podemos relativizar essas considerações do historiador francês no que tange as “vitórias” e “derrotas”, de médicos e mães, evidenciadas ainda nos séculos XIX e XX. É possível identificar no oeste de Minas Gerais, as tentativas de médicos em reiterar prescrições quanto aos comportamentos das mulheres, de modo a cercear seus movimentos e confinar sua esfera de atuação ao espaço doméstico, para assegurar sua vocação primeira e “natural”: reproduzir bebês saudáveis e cuidar deles para se tornarem trabalhadores úteis à família e à pátria. A disseminação dos discursos médicos coincide com a chegada desses profissionais à região, e evidencia uma resistência das mulheres em acolhê-los.

Não obstante essas resistências, o saber médico acabou se impondo aos saberes populares acerca da saúde e dos corpos femininos. Esses foram sujeitos aos saber médico que

[...] reivindicava outros poderes, arvorava-se em instância soberana dos imperativos da higiene, somando os velhos medos do mal venéreo aos novos temas da assepsia, os grandes mitos evolucionistas às modernas instituições da saúde pública, pretendia assegurar o vigor físico e a pureza moral do corpo social, prometia eliminar os portadores de taras, os degenerados e as populações abastardadas. (FOUCAULT, 1988, p. 54)

---

<sup>4</sup> Há cientistas sociais que através de pesquisas mais recentes criticam a noção de medicalização da sociedade por acreditarem que a ação médica era mais fragmentária do que o termo ‘medicalização’ sugere, e por ela não ter produzido efetivas transformações sociais que anunciava (cf. ANTUNES, 1999). Para uma análise das disputas entre médicos em torno da fixação de paradigmas, ver Bechimol (2003, p. 13-83).

Nessa lógica, são significativos alguns artigos publicados no jornal *Cidade de Patos*, em que se procura prescrever novas condutas e controlar as práticas matrimoniais e maternas. O médico Euphrasio Rodrigues produz textos em que chama a atenção para a incidência da sífilis na região do Alto Paranaíba e sua influência sobre os casamentos, enfatizando sua crítica aos costumes, sobretudo na forma como eram providenciados os matrimônios, sem os devidos cuidados com a saúde dos nubentes. Ressaltava o médico o comprometimento das gerações futuras em virtude da inobservância das normas morais e de higiene. Encontramos assim, no discurso proferido pelo Dr. Rodrigues, uma referência recorrente nos discursos médicos veiculados à época relativos aos problemas maternos e matrimoniais. Estes expressavam a convergência da ação e pensamento médicos com o projeto de nação, em que as elites intelectuais proprietárias e políticas postulavam construir os caminhos para o progresso, por meio da produção de filhos saudáveis, futuros cidadãos brasileiros e trabalhadores nacionais. Com essa intenção identificada como necessidade de produzir homens saudáveis, solidariza-se o alerta do Dr. Rodrigues. Para ele, ou os princípios de higiene orientariam a vida das populações do sertão mineiro, ou

[...] mais tarde quando a república exigir cidadãos, quando a pátria pedir a seus filhos que morram sem recuar; apenas encontraremos entes pestilentos, inúteis, como acontece uas (sic) gerações bastardas, incapazes de qualquer trabalho, amaldiçoarão com justa razão aqueles que lhe deram o ser. (RODRIGUES, 1916, p. 1)

Com a implementação do casamento civil, os posicionamentos contrários à sua legalização alertavam para um suposto descontrole que possibilitaria a prática da poligamia. O jornal *O Trabalho*, de Patos de Minas, inventando uma crise moral, justificava o descontrole em razão do despreparo dos juízes de paz e, em tom alarmista, afirmava que

O resultado no interior da República, tem sido a mais completa immoralidade e descalabro para a consciência, não digo christian, para não desagradar ao Contismo republicano, mas de um povo moralizado e civilizado. É frequente no interior o duplo casamento de um indivíduo com duas mulheres e mulher com dois maridos, polygamia praticada as vezes sob um mesmo tecto !!! (CASAMENTO religioso..., 1907, p. 1)

Mais tarde, a *Gazeta de Patos*, ao abordar a mesma questão, reconhece que por motivos legais as pessoas deveriam se casar perante a autoridade civil. Entretanto, na visão do articulista católico, esse casamento não assegurava nada, pois o

O verdadeiro casamento é o presidido pelo sacerdote catholico, o único capaz e auctorizado a abençoar e a legitimar a nova familia que se forma, a unir o homem e a mulher para, em quanto vida tiverem, servirem a Deus, obdecendo-Lhe o preceito – ‘crescei e multiplicae’”. (O CASAMENTO..., 1930, p. 1)

Como a separação entre união civil e religiosa estabelecida pelo regime republicano possibilitava o casamento em duas esferas institucionais com pessoas diferentes, o articulista tratou rapidamente de condenar os bigamos e os que se casavam unicamente perante o juiz, mas, também procurou adotar uma atitude conciliadora. Para o jornalista,

Quem se casa religiosamente com um, e depois se liga civilmente com outro, commete o mais negro dos adulterios o mais grave dos peccados: escandalisa ao proximo, põe à mostra os seus instinctos bestiaes, e é indigno da nossa amizade, de frequentar a boa sociedade, da convivência das pessoas de bem. Propugnemos para a moralisação do casamento, evitando os abusos, chamando ao bom caminho os extraviados, e aconselhando aos pretendentes ao casamento, que respeitem a lei do Paiz sem prejuizo da lei de Deus. (O CASAMENTO..., 1930, p. 1)

Moralizar o casamento e a sociedade era exigência e resultado do simultâneo respeito às leis religiosas e civis. Condenar a bigamia, o adultério, era também reafirmar os princípios da indissolubilidade e a importância da confirmação desse compromisso/contrato perante Deus (ARIEËS, 1987, p. 163-182). As autoridades e as elites locais entendiam que também era necessária, em razão de um aparente descontrole, a criação de uma rede de proteção à virgindade das mulheres e contra os “crimes de defloramento”, em sintonia com as discussões do Código Civil Brasileiro, ocorridas nos grandes centros do país. Assim, em 1915, o *Cidade de Patos*, transcrevendo um texto atribuído a José Duarte Ramalho Ortigão, escritor português, 1836-1915, em que se condena o sedutor como um imoral que contamina a sociedade, devendo ser, por esse crime, excluído da convivência social, pois

O homem que seduz uma mulher, que a engana, que a attraição, que a abandona é tido por um heroe romantico, que a sociedade recebe sem repulsa.

Era preciso demonstrar por todos os meios de publicidade e de popularização, que todo o homem que deshonra uma mulher e não põe a sua vida a disposição e o nome ao serviço do desagravo, que possa dar ao seu erro, é um infame ao qual nenhum homem de bem, pode estender a mão. (ORTIGÃO, 1915, p. 1)

Na campanha pela “moralização” do casamento, os jornais também vocalizavam as objeções quanto aos chamados casamentos de conveniência, em que os interesses suplantam o amor. De modo didático, os discursos procuravam estabelecer os caracteres das moças, que os rapazes devem procurar para contrair matrimônio e constituir uma família, aconselhando e ao mesmo tempo reiterando as representações que prescreviam o espaço doméstico como o lugar onde as mulheres assumiriam suas responsabilidades sociais e expressariam os seus valores morais cristãos. Ensinava-se, assim, tanto às mulheres, como aos homens, a receita para encontrar o parceiro ideal e realizar o casamento perfeito:

Quando se quer procurar esposa, vai-se procurar no lar e não na sala do baile; no lar é que se conhece a que tem de ser mãe de família dedicada, no lar é que as qualidades da mulher brilham em todo seu esplendor.

Da nossa parte, quando vemos uma mulher que só gosta de ler romances, cheia de affectação, de mãos finas, soltando suspiros, que chegam a levantar as cinsas do fôgão, disemos cá com os nossos botões, esta mulher não hade ser boa esposa, ao menos que se não case com um homem que lhe corrija os habitos. Gostamos mais das mulheres callosas, com o cabello singelamente penteado, de trajes decentes sem as modas exageradas. (CASAMENTOS..., 1915, p. 1)

Igualmente comprometido com esse projeto de moralização, o jornal *O Juvenil* de Patos de Minas oferece aos leitores um exemplo de casamento por amor e sua capacidade de regenerar o homem, ao narrar a história de Celina e Bonifácio que desde a infância viviam entrelaçados. Na medida em que a juventude chegou, suas qualidades e diferenças se acentuaram. De um lado, Celina “era então uma donzella tão bôa, quanto formosa, filha dedicada e submissa; ao passo que Bonifácio, apesar de ser sympathico e trabalhador era perdulário, desobediente e sobretudo jogador”. Como os pais de Celina não concordassem com o casamento, Bonifácio se viu obrigado a mudar de cidade e de hábitos. Indo ao Rio de Janeiro, empregou-se numa casa comercial e levando uma vida ascética conseguiu amealhar fundos e voltou à sua cidade natal “completamente regenerado” e assim pôde levar Celina, com autorização dos pais, “perante o altar de Deus para abençoar a sua união” (CELINA..., 1911, p. 1). O exemplo se projetava: a beleza, o amor fraternal, submissão e a vida ascética e laboriosa, são virtudes que combinadas podem aproximar um homem, que antes errático e sem convicções, a uma mulher, responsável pelas mudanças operadas naquele, pelos seus exemplos virtuosos.

Até mesmo os obituários eram usados para expressar o modelo de mulher, esposa e mãe, que deveria, através dos exemplos, nortear condutas e

servir como fator de identificação das qualidades. Ao noticiar o falecimento de D. Olívia Augusta de Paiva, esposa do capitão Plácido Paiva, o *Sport de Araguari* ressaltava os atributos de “esposa modelo, mãe carinhosa, senhora distinctíssima pelas acrysoladas virtudes que exornam a sua pessoa D. Olívia era geralmente estimada porquantos sabiam apreciar os seus peregrinos dotes intelectuais e moraes, sendo o seu passamento geralmente sentido...” (O *SPORT...*, 1910, p. 3).

Outro falecimento usado para veicular o modelo normativo de mulher foi o da princesa Isabel. Em novembro de 1921, o jornal *A Tribuna de Uberabinha*, publicou um texto em sua homenagem exaltando as qualidades de esposa, mãe e filha que caracterizavam a monarca. Considerando que

A morte da princeza Izabel é um facto que enluta o Brazil inteiro. Pode-se dizer que se há na nossa história um acontecimento que congrega em torno de si todos os corações brasileiros, sem discrepância de um só, irmanados pela mesma dor, dominados do mesmo sentimento de immensa saudade, este acontecimento é sem dúvida a morte da excelsa princeza, a grande regente do imperio, a grande esposa, a grande filha, a grande mãe [...] A serenissima princeza que ora acaba de desaparecer era uma senhora dotada das mais elevadas qualidades moraes, sobretudo os seus gestos humanitários tornavam-n’a notavel a todos os respeitoes [...] não podia deixar de ser effigie da brandura e da caridade [...] So lembramos que os dois factos culminantes da nossa história negreira foram impulsionados pela augusta princeza extincta - a liberdade do ventre escravo e a abolição da escravatura. Que este último acto ella praticou consciente de que fazia ruir o throno de seu pae, não havia a menor duvida. Mas a princeza não fazia questão de perder tudo contando que todos os brasileiros fosssem livres [...] Nosso intuito, nestas linhas, não é outro senão prestar uma modesta e sincera homenagem à grande patricia como esposa e mãe de familia, qualidade em que ella era a genuina representante da mulher brasileira... (A REDEMPTORA<sup>5</sup>, 1921, p. 1)<sup>5</sup>

Brandura, caridade, abnegação são destacadas como qualidades dessa mulher, que foi alçada à condição de agente exclusiva da Abolição da Escra-

---

<sup>5</sup> Borges Sampaio noticiou o falecimento de sua esposa, D. Maria Cassimira de Araújo Sampaio, em 1907, homenageando-a nos seguintes termos:

A finada tinha-se concentrado e desde muitos anos não saia de casa; aí acolhia, porém, com afabilidade as pessoas que tinham a bondade de a visitar, mostrando-se para com elas meiga e alegre: um incômodo visual que lhe sobreviera em 1898 tinha-lhe dificultado a convivência externa. Em toda a sua vida foi destituída de ostentação. Criada em lugar onde a instrução escolar era difícil, apenas tinha conseguido aprender as primeiras letras no Desemboque com o venerando Antonio Vieira Alves da Cunha. Resignada por natureza, acompanhou-me sempre com ânimo firme em todos os trabalhos e contrariedades que, física e moralmente, me absorberavam pelos vendavais da política sem queixar-se. Era econômica no lar doméstico, excelente, sem mesquinhez, jamais se poderá atribuir à sua memória que maldissem de alguém, os desse origem a querelas e dissensões, quaisquer que fossem (BORGES SAMPAIO, 1971. p. 334, 335).

vidão no Brasil. Entretanto, o que interessava ao articulista destacar eram as suas qualidades de âmbito doméstico e não público: boa filha, esposa e mãe, capaz de sacrificar a Monarquia pelo bem estar geral. Enfim, as qualidades da princesa se projetavam sobre a “mulher brasileira”.

A caridade, a capacidade de despojar-se de si para viver para o outro, para fazer o bem indistintamente, são atributos femininos ressaltados no processo de constituição do modelo de mulher. Eles nos possibilitam uma aproximação sobre as formas autorizadas de participação das mulheres no espaço público. Evidencia-se que as obras de caridade terão a presença marcante e efetiva das mulheres das elites proprietárias, como um desdobramento das suas atividades maternas no amparo à pobreza. Significativamente, quando se projetou a construção do hospital em Patos de Minas, as “damas patenses” compuseram uma lista considerável na constituição do “comitê feminino”, encarregado de angariar fundos para a realização das obras. Essa participação ampliou o otimismo dos idealizadores da obra, pois,

[...] que a ideia que ora lançamos e que há-de triunfar como triumpham todas as ideias boas que os braços femininos balouçam, que os peitos femininos aconchegam e que suas almas como aquellas que o poeta diz que feitas da luz das manhãs harmoniosas, almas puras e boas, almas sacrosantas e maternas, acalentam. (O HOSPITAL..., 1915, p. 1)

As mulheres das elites apareciam na cena pública, ainda que essa aparição fosse muito influenciada pelas prescrições das virtudes domésticas – sob as vigilâncias paternas (MUNIZ, 2003, p. 202) –, aplicadas na assistência aos carentes em que ela teria, combinando ação e exemplo, o condão de regenerar as classes pobres e perigosas. Assim, o historiador Oliveira Mello, relata a criação da *Cruz Vermelha das Damas Patenses*, em 1915, destacando o seu “objetivo de assistir a gestante pobre, no momento do parto, fornecendo vestuário ao recém-nascido e cercá-lo de todo o cuidado que requer a infância” (OLIVEIRA MELLO, 1971, p. 208). A presença das mulheres no espaço público deveria significar a projeção de suas experiências domésticas, conferindo uma dimensão familiar a esse espaço. Tal perspectiva tentava interditar as possibilidades de participação nos assuntos políticos, preservando-se, assim, a exclusividade dos lugares públicos aos domínios masculinos.

A preocupação médica com a qualidade dos casamentos articulava-se à moralidade burguesa e à religiosidade cristã e centrava sua atenção na maternidade. Incutir novos hábitos de saúde e higiene, e reiterar valores morais, tornavam-se as condições pelas quais seria permitido ao sertão mineiro oferecer à república homens aptos ao trabalho e capazes de exercerem a cidadania, tal como as elites regionais os apresentavam. Deus, família e pátria eram enunciados que se entrelaçavam nas representações do “brasileiro típico”. Segundo Margareth Rago, o nacionalismo “crescente entre as dé-

cadadas de 1920 e 1930, fundamentava uma forte preocupação eugênica com o fortalecimento da raça, com a formação dos futuros cidadãos da pátria e com a transmissão de valores éticos” (RAGO, 2000, p. 181-195), condições indispensáveis para a produção do trabalhador nacional: forte, saudável, ordeiro, e disciplinado, ético, patriótico e civilizado.

A produção de homens aptos à cidadania e ao trabalho implicava, além de uma preocupação com o casamento, uma intervenção sobre a administração dos filhos. Com efeito, o médico Adélio Maciel, prefeito de Patos de Minas entre 1918 e 1926, considerando a gravidade social e econômica que representavam as altas taxas de mortalidade infantil experimentadas em todo o Brasil e não apenas no sertão, procurava estabelecer um diálogo direto com as mães. Para tornar a infância saudável, salientava o doutor, era necessário “que as nossas mães de família em quem não faltam bondade, paciência e carinho, devem procurar pela leitura e pelas palestras com seus médicos, os ensinamentos de higiene infantil, que as tornem aptas para cumprir o sacrossanto dever de bem criar seus filhos” (MACIEL, 1915, p. 3).

Por um lado, percebe-se que seu discurso é direcionado a um grupo específico de mulheres: mães de família, letradas e com acesso a atendimento médico, que apareceriam como os modelos de mãe e esposa caros ao projeto modernizador. Por outro, ele sinaliza para a emergência de um processo de desqualificação das experiências e dos saberes médicos curativos dominados pelas populações pobres, em especial pelas mulheres pobres. Saberes esses que serão representados pelas elites locais, como fruto da superstição e da ignorância das classes populares.

A ênfase das preocupações médicas com a gestão da maternidade se volta para o problema da alimentação das crianças, futuros cidadãos e trabalhadores. Com efeito, os artigos dos jornais buscam prescrever a dieta considerada correta para o desenvolvimento infantil. Nesse caso, até a idade de sete meses recomendava-se que as crianças deveriam ser alimentadas com o leite materno “da própria genitora”. A intenção era garantir o perfeito crescimento desse organismo frágil e ao mesmo tempo discipliná-lo, já que o futuro do país dependeria da capacidade de trabalho dessa geração. Assim, a criança até os sete meses deveria ser alimentada de três em três horas, ou de 2,5 em 2,5 horas no período do dia entre as 6 horas da manhã e a meia-noite. O doutor alertava as mães que não permitissem que seus filhos ingerissem caldos de feijão, angu mole, jacuba, arroz, sopas, pois não era esse o motivo da engorda das crianças e “com esta alimentação tornai-vos assassinas de vossos filhos, ó mães insensatas” (CONSELHOS às mães..., 1912, p. 1)<sup>6</sup>. A intervenção na administração alimentar dos filhos deveria ter como finalidade, também, a introjeção da disciplina, pois,

---

<sup>6</sup> Delinacia-se uma recomendação, na falta de leite materno, contra a utilização de amas de leite. Os artigos de jornal demonstram uma preferência pelas vacas ou cabras. (CONSELHOS às mães..., 1912,, p. 1). Ver também: O PROGRESSO..., 1915, p. 1.

Durante o resto da noite reservado ao repouso a creança não deve mamar ainda que chore e grite; ao contrario, durante o dia. Se dorme, deve-se despertal-a para mamar às horas do costume. Des-te modo, a creança habituar-se-há, em pouco tempo, à primeira e utilissima disciplina. (MACIEL, 1915, p. 1)

Ao prescrever as formas corretas de uso da mamadeira, doutor Adélio assinala os cuidados que as mães deveriam tomar com as próprias dietas, procurando evitar conservas, condimentos, bebidas alcoólicas. Em relação aos bebês ele admitia, além do leite materno, quando muito, porções de *Emulsão de Scott*, “poderoso alimento e medicamento sem drogas nocivas, nem alcool”<sup>7</sup>. No caso da falta ou insuficiência do alimento materno, ele recomendava que se utilizasse o leite de vaca e jamais o de amas-de-leite, práticas que o saber médico se esforçava para extirpar da sociedade. Nesse caso as mães deveriam abandonar o costume de usar o leite de cabra, pois os médicos o consideravam indigesto<sup>8</sup>. Outras recomendações são relativas diretamente à esterilização do leite de vaca, quando usado, e das mamadeiras, que chamam atenção pelo uso da linguagem simples e a maneira didática e pelo detalhamento das exposições em que as prescrições eram apresentadas (MACIEL, 1915, p. 3).

Ainda em 1930, o médico Rocha Júnior, reiterava algumas prescrições quanto à alimentação das crianças, dentro de um ambiente em que a nutrição se constituía como saber autônomo, e apresentava novos conselhos de cuidados com os filhos, distinguindo suas especificidades de acordo com as idades. Para ele, a partir do segundo ano de vida, as frações de leite deveriam diminuir gradativamente, na medida em que se introduziam alimentos sólidos, para estimular a alimentação dos bebês. As mães também deveriam atentar para os excessos alimentares e obrigar as crianças à prática de “exercícios physicos methodicos e vida ao ar livre” (COMO deve ser..., 1930, p. 4).

Ao analisarmos os discursos médicos publicados nos jornais da região, podemos verificar a existência de diferenças importantes na prática da emissão e controle desse discurso. Por um lado, quando se dirige às mães de família das elites, proprietárias, políticas e intelectuais, percebe-se uma abordagem em tom de aconselhamento. Por outro lado, quando a prescrição tem como alvo as mães e famílias pobres, a ação será de intervenção direta (SOIHET, 1989, p. 325 et seq.). No quadro geral, tanto aconselhamento quanto intervenção direta, expressam práticas de controle de saúde

<sup>7</sup> Ver a propaganda no jornal *A Tribuna*, n. 1, 07 set. 1919, p. 3.

<sup>8</sup> Há indícios de que as famílias pobres da região, até muito recentemente recorreram ao uso do leite de cabra como alimento alternativo, ou complementar, na dieta das crianças. Os animais eram alugados ou comprados e criados nos quintais das residências cujos terrenos somente muito mais tarde receberiam a metragem padronizada de 10x30, inviabilizando que os pobres cultivassem ali seus meios de sobrevivência.

e higiene que visavam à introdução de novos métodos de puericultura e a diminuição ou extinção da influência de práticas médicas populares, inclusive no que tange à alimentação. Essas tentativas médicas convergem para as expectativas das elites locais, e também da região sudeste, de implementação do branqueamento sociocultural, como índice de civilização (CARNEIRO, 2006, p. 216 et seq.).

No romance de Ceres Alvim, que tem o Triângulo Mineiro como cenário, ela narra o episódio do nascimento de Emília, a protagonista, em que as práticas da medicina popular mostram sua persistência diante das condenações médicas. Segundo a autora narra,

Do quarto da casa da fazenda Santa Bárbara, em Goiás, partiu um vagido de criança que nascia. Neste instante, uma negra saiu correndo para o terreiro e destampou apressadamente um caixote, onde já há alguns dias um tatu fora preso. Com a mesma rapidez com que viera, fez uma sangria no animalzinho e aparou o sangue numa bacia pequena. Logo após ouviu-se novamente o choro da criança, agora forte e entrecortado e a voz da negra, profética: – óia Sinhá, ela num vai tê nunca doença braba. Nada num pega nela. Pode mexe inté com gente leprosa, que num pega! E sua mão vigorosa embebia o corpo da criança no sangue quente que já começava a coagular.

Respingou ainda algumas gotas no rosto, orelhas e cabeça e envolveu aquela mancha vermelho-escura numa bacta. (CARNEIRO, 1960, p. 11)

As historiadoras Marina Maluf e Mariza Romero mostram a extensão dessas práticas de medicina popular, ao assinalarem que durante o *Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância*, em 1922, os médicos denunciaram as práticas vigentes e errôneas de alimentação e “ainda que as mães costumavam colocar gema de ovo ou sangue de tatu na água em que o recém-nascido ia ser lavado” (MALUF; ROMERO, 2002, p. 221-242).

Nessa preocupação médico-higienista, o objetivo de formação de trabalhadores e cidadãos fez com que o projeto modernizador se voltasse para os elementos de higienização/medicalização da sociedade. Tal política incluía ações e demandas por instalação de redes de água encanada – melhoramentos que enfim imprimem ares urbanos ao meio rural –, e as tentativas de vulgarização dos filtros de água potável como preventivo das várias moléstias que atingiam as populações locais, em particular às crianças (A HIGIENE..., 1916; INTERESSES..., 1912, p. 1).

Projetar a formação de cidadãos e trabalhadores incluiu também a questão educacional. Observa-se que a escolarização formal das crianças tornou-se objeto de denúncias e reflexões por parte das elites intelectuais da região. Delineavam-se os contornos de uma outra abordagem em relação

à questão da formação de cidadãos e trabalhadores: a educação e a escola como espaços estratégicos para se atingir o progresso e a civilização.

Em meados da década de 1910, ouviam-se muitas reclamações quanto à qualidade do ensino público oferecido, à precariedade e à falta de higiene dos prédios onde funcionavam os estabelecimentos, mas, se reconhecia a escola como fator de desenvolvimento. Assim, de Uberabinha, um articulista assinalava que o

[...] amor que se vac notando ultimamente nesta cidade pelas cousas referentes à instrucção é uma prova evidente e, por isso mesmo, mais do que flagrante, de que estamos caminhando francamente para a senda luminosa do progresso.

Sendo um dom humano, perfeitamente acessível a todos os individuos dotados de boa vontade e de perseverança, a instrucção nada mais é do que a manifestação da cultura de um povo e o signo que caracteriza a passagem desse mesmo povo pela história. (PELA INSTRUCÇÃO... 1907, p. 1)

Reafirma-se a distinção, estabelecida no Império, entre educação, originária do berço familiar, e a instrução, aprendizado sob a responsabilidade da escola e do professor (EDUCAÇÃO..., 1908, p. 1). Forma-se um consenso em torno da necessidade de ampliação da rede de estabelecimentos escolares, de modo a atender à demanda social da região. Parecia cada vez mais nítido aos mineiros da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba que a reforma social e moral esperada adviria também da implementação da instrução pública (ECHO..., 1894, p. 1). Acreditavam, portanto, que se encontrava na escola uma das garantias de ordem social (A CRIMINALIDADE..., 1911, p. 1; PATTO, 2007, p. 243-266; FARIA FILHO, 2001; GONÇALVES NETO, 2003, p. 273-296).

Reproduzindo as distinções e hierarquias sociais, a escola surgia nos discursos veiculados como um dos lugares onde seria gestada a retomada da vocação mineira para a agricultura e a formação do trabalhador nacional. Essa intenção encontra-se explicitada nos regulamentos do Instituto João Pinheiro, em que se assinalavam as potencialidades da república e censuravam-se os projetos imigrantistas, cujas propostas evidenciavam a mudança no direcionamento quanto às políticas para mão de obra no Estado. Conforme o regulamento:

Quando a União e o Estado não medem sacrifícios para atrair o estrangeiro e fixa-lo no país, pagam-lhe as despesas de viagem, entregam-lhe casa, terra arroteada, sementes, animais e utensílios de lavoura, - entra pelos olhos, com o esplendor da evidência, a utilidade de aproveitar e de educar o elemento nacional com fator de produção.[...]

A administração republicana tem de prover especialmente aos mais necessitados de auxílio público, para que a igualdade não seja um mito e a fraternidade não se traduza em fórmula vazia. Obra de altruísmo, a educação da infância desvalida no trabalho é também lance de previsão e construção democrática, pela formação de cidadãos, que tudo quanto forem deverão à República, à qual amarão e farão amada. (REGULAMENTO, 1910, p. 07, 17 *apud* FARIA FILHO, 2001, p. 17, 23).

A criação do Instituto João Pinheiro traduzia o projeto das elites mineiras de estimular a vocação agrícola do Estado e solucionar o problema da mão de obra da lavoura, com o uso de trabalhadores nacionais. Nesse sentido, um de seus objetivos era dar atenção às crianças pobres, transformando-as em homens úteis, cidadãos e trabalhadores, mediante o investimento no ensino profissionalizante, principalmente o agrícola. Assim, se permitiria formar o trabalhador e modificar os costumes, introduzindo concepções, técnicas e ferramentas mais modernas e adequadas ao tamanho da terra fértil. Reiterando essa perspectiva, o jornalista Noronha, em Patos de Minas, clamava aos pais que aproveitassem a oportunidade e guiassem “vossos filhos e discípulos para esses institutos agrícolas” (NORONHA, 1912, p. 1; O APRENDIZADO..., 1915, p. 2)<sup>9</sup>.

Ainda que desde muito cedo as elites regionais se mostrassem preocupadas com a questão educacional, as décadas de 1910 e 1920 poderiam ser caracterizadas pela repetição insistente dos relatos, dando conta das carências e pouca funcionalidade do sistema educacional e o envolvimento distante da população (cf. LIMA, 2004). A leitura dos livros de atas das câmaras municipais de vereadores mostra que, nas situações de crise financeira nos municípios, as escolas eram rapidamente fechadas, ou se cortavam suas subvenções, como estratégia de contenção de despesas. A despeito desses procedimentos corriqueiros, um jornal de Uberabinha relatava animadamente a evolução das matrículas naquele ano, e se mostrava confortado a respeito da “nova orientação da sociedade uberabinhense, que agora começa a compreender a necessidade de educar os seus filhos, tornando-os aptos para a luta pela vida” isso garantiria um futuro “como povo livre, emancipado em seus direitos políticos e sociais” (PARA o futuro..., 1920, p. 1).

A reiteração acerca da necessidade imprescindível de educação/instrução e a constatação de um sistema educacional carente e inoperante são construções veiculadas pelas Minas Gerais, do início da República até o final da década de 1920, quando a Reforma Francisco Campos prometeu ins-

---

<sup>9</sup> “O Brazil, paiz essencialmente agricola, será no futuro uma das primeiras nações do mundo, quando os homens que o governam fizerem convergir os seus esforços para o aperfeiçoamento de sua agricultura, tornando-o o vasto cellheiro de abastecimento das velhas nações de Europa, em que a terra, cançada pelo acumulo de população, não produz já o necessario à vida dos povos” (AGRICULTURA..., 1912, p. 1).

tituir, no âmbito do ensino primário, técnico-profissional e normal, uma “escola moderna”. Como assinalam Faria Filho e Vidal (2002, p. 31-50)

Nascia também uma nova educação, mas ela vinha, por assim dizer, de braços dados com a tradição católica, a qual, desde há muito tempo, vinha buscando formas discursivas e mecanismos pedagógicos de modernizar-se e de dialogar com as ciências e com os novos sujeitos sociais, cuidando, no entanto, para não ser confundida, por exemplo, com o escolanovismo. Reformar, aproximando e distanciando das perspectivas escolanovistas, era um desafio que os mineiros buscavam enfrentar.

## Referências

A CRIMINALIDADE e a instrução. **O Commercio**, Patos de Minas, n. 32, 18 jun. 1911, p. 1. Acervo LEPEH.

A EDUCAÇÃO dos filhos (Trecho da Carta Pastoral do Exmo. Arcebispo de Marianna). **O Commercio**, Patos de Minas, n. 85, 30 jun. 1912, p. 1. Acervo LEPEH.

AGRICULTURA. Um aprendizado agrícola em Uberabinha. Um deputado que encherá longe. **O Progresso**, Uberabinha, n. 253, 24 ago. 1912, p. 1. Acervo ArPU.

A HIGIENE em Patos. **Cidade de Patos**, Patos de Minas, n. 67, 07 maio 1916. Acervo AOM.

A IGREJA Matriz. **O Progresso**, Uberabinha, n. 32, 26 abr. 1908, p. 1. Acervo ArPU.

A MISSÃO da mulher christã. **O Commercio**, Patos de Minas, n. 130, 18 maio 1913, p. 1. Acervo LEPEH.

ANTUNES, José Leopoldo Ferreira. **Medicina, leis e moral**. Pensamento médico e comportamento no Brasil, 1870-1930. São Paulo: UNESP, 1999.

A REDEMPTORA. **A Tribuna**, Uberabinha, n. 114, 20 nov. 1921, p. 1. Acervo ArPU.

ARIÈS, Phillippe. O casamento indissolúvel. In: \_\_\_\_\_; BÉJIN, André (Org.). **Sexualidades ocidentais**. Contribuições para a história e para a sociologia da sexualidade. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

ASCENDENTE moral da mulher I. **O Trabalho**, Patos de Minas, n. 71, 15 jan. 1909, p. 2. Acervo LEPEH.

A Tribuna, n. 1, 07 set. 1919, p. 3. Acervo ArPU.

BACZKO, Brosnislaw. A imaginação social. In: **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, p. 309-10.

BECHIMOL, Jaime Larry. Adolpho Lutz: um esboço biográfico. **História, ciências, saúde** – Manguinhos, v. 10 (1), jan./abr. 2003, p. 13-83.

BORGES SAMPAIO, Antônio. **Uberaba**: histórias, fatos e homens. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1971.

CARNEIRO, Ceres de Alvim. **Lágrima Comprida**. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1960.

CARNEIRO, Maria Elizabeth Ribeiro. **Procura-se ‘preta, com muito leite, prendada e carinhosa’**: uma cartografia das amas-de-leite na sociedade carioca, 1850-1888. 2006. Tese (Doutorado em História)-Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

CASAMENTO religioso e civil. **O Trabalho**, Patos de Minas, n. 13, 10 fev. 1907, p. 1. Acervo LEPEH.

CASAMENTOS de conveniencia. **Cidade de Patos**, Patos de Minas, n. 42, 31 out. 1915, p. 1. Acervo AOM.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CELINA e Bonifácio. **O Juvenil**, Patos de Minas, n. 5, 28 jun. 1911, p. 1. Acervo AF.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**. Entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, 1990.

\_\_\_\_\_. Textos, impressão e leituras. In: HUNT, Lynn (Org.). **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

COMO deve ser feita a alimentação infantil (Recomendações do Dr. Rocha Júnior). **Gazeta de Patos**, n. 37, 27 abr. 1930, p. 4. Acervo LEPEH.

CONSELHOS às mães de família: puericultura. **O Commercio**, Patos de Minas, n. 87, 14 jul. 1912, p. 1. Acervo LEPEH.

CORBIN, Alain. Bastidores. In: PERROT, Michelle (Org.). **História da vida privada 4**: da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

DAVIS, Natalie Zamon. As mulheres por cima. In: \_\_\_\_\_. **Culturas do povo**. Sociedade e cultura no início da França Moderna. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

DEL PRIORE, Mary. História das mulheres: as vozes do silêncio. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). **A historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1997. p. 217-235.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no ocidente**. Uma cidade sitiada. São Paulo: Companhia das Letras, 1989

DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

ECHO da Mocidade. **Tribuna do Povo**, Uberaba, n. 67, 25 ago. 1894, p. 1. Acervo HH.

EDUCAÇÃO. **O Progresso**, Uberabinha, n. 40, 21 jun. 1908, p. 1. Acervo ArPU.

ENGEL, Magali. **Meretrizes e doutores**. Saber médico e prostituição no Rio de Janeiro, 1840-1890. São Paulo: Brasiliense, 1989.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **República, trabalho e educação**: a experiência do Instituto João Pinheiro, 1909-1934. Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2001.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade**. A vontade de saber. 11. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GAY, Peter. **O cultivo do ódio**. A experiência burguesa. Da rainha Vitória a Freud. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. Disciplina, ordem social e educação na imprensa de Uberabinha (MG), 1907-1920. In: MACHADO, Maria Clara Tomaz; PATRIOTA, Rosângela (Org.). **Histórias e historiografia**: perspectivas contemporâneas de investigação. Uberlândia: EDUFU, 2003. p. 273-296.

INSTRUÇÃO das creanças. **O Commercio**, Patos de Minas, n. 101, 20 out. 1912, p. 1. Acervo LEPEH.

INTERESSES locais. **O Progresso**, Uberabinha, n. 266, 23 nov. 1912, p. 1. Acervo ArPU.

JODELET, Denise. **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Tendência e impasses**. Feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LIMA, Sandra Cristina Fagundes de. **Memórias de si, histórias dos outros**. Jerônimo Arantes, educação, história e política em Uberlândia nos anos de 1919 a 1961. 2004. Tese (Doutorado em História)-Universidade de Campinas, Campinas, SP, 2004.

MACHADO, Roberto et al. **Danação da Norma**. Medicina social e constituição da Psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MACIEL, Dr. Adélio. A alimentação das crianças. **Cidade de Patos**, Patos de Minas, n. 14, 11 abr. 1915, p. 3. Acervo AOM.

MALUF, Marina; ROMERO, Mariza. A sublime virtude de ser mãe. **Projeto História**, São Paulo, EDUC, n. 25, p. 221-242, 2002.

MARIDO e Mulher. **O Commercio**, Patos de Minas, n. 176, 05 maio 1914, p. 1. Acervo LEPEH.

MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. **Um toque de gênero: história e educação em Minas Gerais (1835-1892)**. Brasília: UnB: Finatec, 2003.

\_\_\_\_\_. Processo civilizador nas Minas oitocentistas: desvelando alguns sentidos... **Temporis(Ação)**, v. 1, n. 7, 2003.

\_\_\_\_\_. A grande 'conquista': o dia Internacional da Mulher. E agora, Marias?. **Labrys, estudos feministas**. Brasília, 2010.

NORONHA, E. F. Ensino Technico Agrícola. **O Commercio**, Patos de Minas, n. 82, 09 jun. 1912, p. 1. Acervo LEPEH.

O APRENDIZADO agrícola de Patos. **Cidade de Patos**, Patos de Minas, n. 2, 17 jan. 1915, p. 2. Acervo AOM.

O CASAMENTO. **Gazeta de Patos**, n. 31, 16 mar. 1930, p. 1. Acervo LEPEH.

O HOSPITAL de Patos. **Cidade de Patos**, Patos de Minas, n. 6, 14 fev. 1915, p. 1. Acervo AOM.

OLIVEIRA MELLO, Antonio. **Patos de Minas: capital do milho**. Patos de Minas: Academia Patense de Letras, 1971.

O PROGRESSO em Patos e a mulher sertaneja. **Cidade de Patos**, Patos de Minas, n. 18, 09 maio 1915, p. 1. Acervo AOM.

ORTIGÃO, Ramalho. O Seductor. **Cidade de Patos**, Patos de Minas, n. 22, 06 jun. 1915, p. 1. Acervo AOM.

OS HOMENS são viciosos... **O Commercio**, Patos de Minas, n. 93, 23 ago. 1912, p. 1. Acervo LEPEH.

O Sport. Araguari, n. 17, 23 set. 1910, p. 3. Acervo HH.

PARA o futuro. **A Tribuna**, Uberabinha, n. 22, 08 fev. 1920, p. 1. Acervo ArPU.

PATTO, Maria Helena Souza. Escolas cheias, cadeias vazias. Notas sobre as raízes ideológicas do pensamento educacional brasileiro. **Estudos Avançados**, v. 21, n. 61, p. 243-266, 2007.

PEDRO, Joana Maria. **Mulheres honestas e mulheres faladas**: uma questão de classe. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 1998.

PELA INSTRUÇÃO. **O Progresso**, Uberabinha, n. 10, 24 nov. 1907, p. 1. Acervo ArPU.

PERROT, Michelle. As mulheres, o poder, a história. In: \_\_\_\_\_. **Os excluídos da história**: operários, mulheres, prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

\_\_\_\_\_. Público, privado, relações entre sexo. In: \_\_\_\_\_. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: EDUSC, 2005.

RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite**. Prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

\_\_\_\_\_. Os mistérios do corpo feminino, ou as muitas descobertas do 'amor venéris'. **Projeto História**, p. 181-195, 2000.

REGULAMENTO do Instituto João Pinheiro. Rio de Janeiro, Imprensa Inglesa, 1910.

RIBEIRO JÚNIOR, Florisvaldo Paulo. **O mundo do trabalho na ordem republicana**: a invenção do trabalhador nacional. Minas Gerais, 1888-1928. Tese de Doutorado. PPGHIS/UnB – Brasília, 2008.

RODRIGUES, Dr. E. Influencia da syphilis sobre o casamento. **Cidade de Patos**, Patos de Minas, n. 73, 18 jun. 1916, p. 1. Acervo AOM.

SALVEMOS a mocidade. **O Commercio**, Patos de Minas, n. 92, 18 ago. 1912, p. 11. Acervo LEPEH.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história**. Novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992. p. 63-96.

SILVA, Alzira Dias da. Alforge da moral. Educação na família. **O Progresso**, Uberabinha, n. 12, 08 dez. 1907, p. 1. Acervo ArPU.

SOIHET, Rachel. **A condição feminina e formas de violência.** Mulheres pobres e ordem urbana. 1890-1920. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

SWAIN, Tânia. Você disse imaginário? In: \_\_\_\_\_. (Org). **História no plural.** Brasília: UnB, 1994.

THOMPSON, E. P. A venda das esposas. In: \_\_\_\_\_. **Costumes em comum.** Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes. Reescrevendo a história do ensino primário: o centenário da lei de 1827 e as reformas Francisco Campos e Fernando de Azevedo. **Educação e Pesquisa**, v. 28, n. 1, p. 31-50, 2002.

*Artigo recebido em 19/05/2011 e aceito para publicação em 19/06/2011*